

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU– 2015**

2 Ao décimo dia do mês de dezembro de 2015, às 14h05min, o Comitê das Bacias
3 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) deu início à
4 4ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê Guandu, no Auditório do Pavilhão de Aulas
5 Teóricas, no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica/RJ,
6 tendo como pauta os seguintes assuntos: 1 - Leitura e aprovação da ata da reunião
7 anterior (23/07/2015); 2 - Aprovação da minuta de resolução que “Dispõe sobre a
8 atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos
9 recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim –
10 COMITÊ GUANDU”; 3 - Questionário de Avaliação AGEVAP – preenchimento; 4 -
11 Andamento dos projetos; 5 - Ranqueamento dos próximos cursos a serem oferecidos pelo
12 CBH Guandu/RJ; 6 - Levantar número de membros a participarem do XVIII ENCOB/2016
13 (03 a 08 de julho); 7 - Levantar número de membros a participarem do IV ECOB/2016 (17 a
14 20 de maio); 8 - Calendário de reuniões CBH Guandu/RJ 2016; 9 - Assuntos Gerais. 1 – O
15 Diretor Geral, Julio Cesar Antunes (ABES), solicitou a aprovação da ata. Após leitura e
16 contribuições, a ata foi aprovada. 2 – O mesmo passou à leitura da minuta de resolução
17 para alteração do PPU. Julio Cesar (ABES) explicou que existem duas versões. Uma com
18 reajuste automático de acordo com a taxa SELIC e outra versão sem este dispositivo. O
19 documento foi aberto para a Plenária para comentários. Paulo de Tarso (FIRJAN),
20 coordenador da CTIL-G, resumiu que a posição da FIRJAN tem um entendimento de não
21 relacionar o aumento à SELIC. De resto, houve uma consideração de que é justa a
22 proposta de R\$ 0,02 para R\$ 0,04. Decio Tubbs (UFRRJ) também relatou o processo de
23 discussão na Câmara Técnica. Julio Cesar Antunes (ABES) informou que a proposta que
24 veio da câmara técnica é que seriam abertas novas discussões em relação a outros
25 critérios que envolvem a fórmula como um todo. Foi proposto um aumento (dobrar) do PPU
26 de R\$ 0,02 para R\$ 0,04. Julio Cesar (ABES) explicou que, independente de sua origem
27 ou função, o Comitê Guandu não deveria perder a característica de fomentar o diálogo e
28 do debate interno. A criação das resoluções que falam por si não fomenta discussão. O
29 Comitê deve se adaptar a discutir questões relativas à gestão de Recursos Hídricos.
30 Relatou que a decisão é complexa e ainda precisa de muito debate, assim como a questão
31 do Enquadramento Legal dos corpos hídricos na Região Hidrográfica II. Foi sugerido pela
32 Diretoria que o artigo 4º, que estabelece que o valor cobrado na RH II será reajustado pela
33 SELIC seja retirado. Julio Cesar (ABES) sugeriu que a data para início da cobrança seja 1º
34 de janeiro de 2017. Hendrik Mansur sugeriu que o artigo 4º deve dizer que o Comitê irá
35 revisar a cobrança quando o órgão julgar oportuno/necessário. Amisterdan (SIMARJ)
36 alertou que o texto deve ser bem amarrado, visto o exemplo do histórico da cobrança. E
37 opinou a favor de ter uma taxa que altere o valor. José Governo (TKCSA) declarou que os
38 usuários estão interessados na discussão, pois é o setor que paga os valores da cobrança.
39 Relatou que a crise mostrou fatores como, por exemplo, os usuários da foz tiveram que
40 consumir água não potável. Não concordou com Amisterdan na colocação de um índice
41 por conta de eventuais cenários atípicos, como a crise. E que a questão não é o valor
42 pago, mas a qualidade da água. E outro assunto que deveria ser abordado é a questão da
43 cobrança pela água salgada. Decio Tubbs (UFRRJ) respondeu que isso será discutido em
44 partes. Explicou que os usuários alegam que 30% da água consumida é salobra, mas são
45 necessários estudos para saber com precisão este percentual, além de facilitar o cálculo
46 tanto para o usuário quanto para o sistema de gestão de Recursos Hídricos. José Governo
47 (TKCSA) explicou que como usuário, considera justa a cobrança, mas acha necessário
48 que isso seja bem divulgado antes de ser efetivado. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que o

49 aumento já era uma diretriz no Plano de Bacia (de 2006). Além disso, existem questões de
50 perda de arrecadação das indústrias da foz do Guandu – que utilizariam água da CEDAE –
51 e a pressão por aumento do repasse para o CEIVAP. Explicou que isso tudo deve ser
52 estudado, mas que é possível pensar. Decio (UFRRJ) prosseguiu, dizendo que o aumento
53 da cobrança tem como maior argumento, perda da arrecadação, e a maior parte do
54 recurso é contingenciada. Quanto ao parágrafo, concordou com a sugestão de inserir a
55 discussão do aumento quando for considerada necessária. Maurício Ruiz (ITPA) ponderou
56 que a discussão já é antiga, inclusive anterior à crise hídrica, então isso está, de certa
57 maneira, atrasado. Em relação ao prazo, é interessante dar um ano para os orçamentos
58 serem organizados em todas as instituições. Em relação à taxa SELIC, entende que ainda
59 está em discussão, mas acha que deve existir uma data específica para o reajuste. Decio
60 Tubbs (UFRRJ) explicou que o ideal para o momento é retirar, e estudar outras
61 possibilidades. Alertou para a inserção da taxa, que pode ser questionada legalmente. E
62 criar prazos pode ser uma obrigação problemática para o Comitê. Paulo de Tarso
63 (FIRJAN) explicou que a CTIL-G colocou para todas as reuniões de 2016 a discussão
64 sobre a fórmula da cobrança. Mas, para o momento, a proposta atual é a considerada mais
65 viável. Concordou que o período sem aumento precisa ser considerado. Decio (UFRRJ)
66 explicou que a ideia é aumentar a arrecadação do maior arrecadador. A partir de 2017,
67 com o aumento da cobrança, haverá incremento de valor no FUNDRHI, e existem
68 propostas externas à gestão de recursos hídricos pra utilizar os recursos do fundo. É
69 necessário ter muita atenção a este tipo de proposta. Maurício Ruiz (ITPA) ponderou que é
70 importante a discussão para garantir uma unidade na posição do Comitê Guandu em
71 relação ao valor da cobrança. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) sugeriu definir em algum
72 parágrafo o reajuste anual. Explicou que os valores é que conduzem a uma melhor
73 utilização dos recursos, já que a água é um bem imprescindível. Hendrik Mansur (TNC)
74 apontou que o artigo 3º da minuta já define a revisão para um prazo de 2 anos após a
75 aprovação da Resolução. Decio (UFRRJ) explicou que isso foi feito para atender à
76 possibilidade de trabalho do INEA em operar os novos valores – e modelos que forem
77 discutidos no Comitê – da cobrança. Jorge Peron (FIRJAN) perguntou se os
78 questionamentos de valor são feitos no INEA. Decio (UFRRJ) explicou que não é bom
79 deixar brechas no texto. Peron (FIRJAN) concordou parcialmente com Amisterdan
80 (SIMARJ), explicando que no INEA existem taxas vinculadas a índices. Tito Araújo (INEA)
81 explicou que são custos de análise. Este tipo de situação no INEA foi vinculada ao FIR
82 para gerar uma margem de valores mais confortável. Julio Cesar (ABES) explicou que é
83 necessário que isso seja discutido, por isso a discussão deve ser feita periodicamente no
84 Comitê. Jorge Perón (FIRJAN) parabenizou o Comitê Guandu por ter se lançado à frente
85 da discussão do tema. Lembrou que a cobrança não é taxa, mas sim um preço público. E o
86 objetivo da cobrança é implementar o Plano de Bacia. Comentou que hoje, a CEDAE
87 corresponde a cerca de 88% do valor arrecadado. Continuou dizendo que dobrar o valor
88 significa, com o embasamento legal existente, que a CEDAE repasse o valor para o
89 consumidor, que já paga a maior parte do valor da cobrança. O mesmo relatou que, numa
90 consulta do Conselho estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, onde foi discutido o
91 aumento da cobrança, foi emitida uma recomendação da procuradoria do estado paulista,
92 que não permitia a previsão de renovação automática anual da cobrança nas deliberações
93 dos Comitês. Para a procuradoria, a qualquer momento pode ser revisto o valor pelos
94 Comitês. Então não cabe, no entendimento da procuradoria, indexar a taxa. Sobre o último
95 ponto, que é a utilização da SELIC, a não aplicação já foi entendida como certa em vários
96 tribunais de justiça, pois é relativa a tributos federais. Após contribuições, a resolução foi

97 aprovada com a exclusão do artigo referente à taxa SELIC. Decio Tubbs (UFRRJ)
98 agradeceu à Plenária, pois a aprovação deste documento foi muito importante num
99 momento de pressões políticas. Julio Cesar (ABES) afirmou que é importante caminhar no
100 sentido de implantar o PERH-GUANDU e melhorar como um todo. 3 – Julio Cesar Antunes
101 (ABES) solicitou que os formulários para avaliação do trabalho da AGEVAP sejam
102 preenchidos. Solicitou ainda inversão de pauta e passou ao item 5, sobre a revisão da
103 tabela de hierarquização de cursos. 5 –Fátima Rocha (AGEVAP) sugeriu que a Secretaria
104 Executiva envie a tabela aos membros para que priorizem os cursos e dêem sugestões.
105 Nelson Reis (OMA-BRASIL) sugeriu que deve ser feito um curso sobre o Comitê Guandu,
106 pois é preciso dizer para a sociedade e a Universidade o que são Comitês de Bacia. Julio
107 Cesar (ABES) explicou que seria necessário montar, via Comunicação, um projeto de
108 divulgação sobre o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. Seria juntar escolas,
109 universidade, mas num formato de campanha. O mesmo explicou que o foco dos cursos
110 seria direcionado aos membros do Comitê, os funcionários efetivos das prefeituras e
111 empresas, que vão ser multiplicadores. Nelson Reis (OMA-BRASIL) reiterou sua sugestão
112 de que o Comitê Guandu deve ser mais divulgado na própria Bacia, que possui grande
113 número de escolas e universidades. Julio Cesar (ABES) posicionou que as iniciativas de
114 divulgação serão trabalhadas na Secretaria Executiva junto à Assessoria de Comunicação.
115 Magno Roza (EMATER-RJ) sugeriu cursos sobre irrigação e formação de conselheiros,
116 para fortalecer a gestão nos municípios, já que hoje em dia os órgãos têm seus
117 presidentes indicados pelos prefeitos. Julio Cesar (ABES) respondeu que o modo de
118 trabalho no Comitê é fomentar, com os projetos e discussões, a gestão compartilhada, mas
119 a palavra intervenção foge à competência dos comitês de bacia. Julio Cesar (ABES) acha
120 válida a ideia, e também é necessário saber se haverá público para a realização. E isso
121 será considerado na primeira reunião da CTEG. Gabriel Pabst, pesquisador da UFRJ,
122 informou que está desenvolvendo uma metodologia de análise da eficiência dos Comitês, e
123 colocou-se à disposição para troca de conhecimentos, para estudar o interesse do Comitê
124 Guandu em receber este tipo de análise. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que o edital de
125 auxílio à pesquisa selecionou cerca de 26 pesquisas, das mais diversas áreas e
126 universidades, e a ideia é fomentar a produção acadêmica sobre a bacia e a gestão de
127 recursos hídricos. Decio (UFRRJ) ressaltou que é feita a divulgação do Comitê, mas é
128 necessário pensar que o foco é a gestão de recursos hídricos. Hendrik Mansur (TNC)
129 sugeriu que os projetos devem ser utilizados tanto na parte de Comunicação quanto nos
130 cursos, e que existam planos de comunicação específicos para cada projeto. Nelson Reis
131 (OMA-BRASIL) sugeriu que os Termos de Referência devem conter propostas de
132 divulgação. Foi divulgado um grupo recente de estudos para trabalhar estas questões,
133 coordenado pelo professor da UFRRJ Ailton Pinheiro Junior. Julio Cesar Antunes (ABES)
134 falou que tem sido analisada e trabalhada essa ideia para que, em todo o projeto, seja
135 apresentado o Comitê Guandu. A construção é constante, e tem diversos detalhes para
136 atingir o maior número de pessoas possível. **Itens 6 e 7** - Julio Cesar (ABES) citou os
137 eventos ECOB (17 a 20 de maio em Campos) e ENCOB (3 a 8 de julho em Salvador).
138 Informou que os critérios para a seleção de membros que irão a estes eventos consideram
139 a participação e interação dos mesmos nas atividades do Comitê ao longo do ano.
140 Explicou que o Comitê faz um esforço importante para levar membros para cursos,
141 congressos e seminários, de forma que isso transforme o representante em agente
142 multiplicador. E é uma situação negativa disponibilizar o recurso e não haver o
143 comparecimento. Julio Cesar (ABES) citou as 56 inscrições para o curso de Avaliação de
144 Impactos Ambientais, mesmo com a disponibilização de apenas 50, e o comparecimento

145 de apenas 35 inscritos. O Diretor Geral reforçou a necessidade do comprometimento dos
146 interessados em participar. Informou que o mesmo tipo de situação ocorreu no Congresso
147 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. E como a tentativa é montar
148 um sistema equilibrado, é importante que haja a comunicação da eventual impossibilidade
149 de comparecimento. E fez um apelo: as manifestações de interesse e inscrições
150 continuarão sendo aceitas, mas devem ser comunicados quaisquer problemas. Foram
151 definidas 6 vagas para o ENCOB e 8 vagas para o ECOB. Julio Cesar Antunes (ABES)
152 pediu que os membros atentassem para o item 8, a respeito do calendário para 2016. Não
153 havendo manifestação contrária, o calendário de reuniões foi aprovado. **4 – Foi exibido o**
154 **vídeo de andamento dos projetos e ações executados pela AGEVAP em 2015. Assuntos**
155 **Gerais -** Julio Cesar Antunes (ABES) informou as mudanças no quadro da AGEVAP que
156 alteraram a equipe que atende o Comitê Guandu: Juliana Fernandes (AGEVAP) foi
157 promovida a Diretora de Recursos Hídricos da AGEVAP, e Nathália Vilela (AGEVAP)
158 assumiu a gerência do contrato que atende ao Comitê Guandu. Juliana Fernandes
159 (AGEVAP) agradeceu os comentários a respeito do vídeo, e informou que a ideia era
160 mostrar ao plenário do Comitê as atividades realizadas durante o ano. O Guandu é um
161 Comitê que tem uma demanda grande, é bastante intenso, possui vários projetos em
162 andamento, ações, e muitas vezes isso não é repassado ao plenário. Então a ideia era
163 informar um pouco das diversas atividades executadas. São cerca de 50 reuniões durante
164 o ano e para isso, existem muitas demandas administrativas, que devem atender aos
165 trâmites legais dos recursos públicos. Juliana (AGEVAP) citou as demandas técnicas,
166 como o programa de Auxílio à Pesquisa que tem hoje 70 projetos em andamento. O
167 trabalho da executora do PAF, do PSA, o trabalho de Minas d'água. Atividades que não
168 passam sempre pela percepção dos membros, pois, são avaliadas e discutidas a nível de
169 agência e diretoria. Então a ideia era esclarecer um pouco do trabalho. Garantiu a
170 eficiência do trabalho, nos setores administrativo, técnico e da Assessoria de
171 Comunicação. Nelson Reis (OMA-Brasil) relatou sua experiência no ENCOB. Parabenizou
172 o trabalho desenvolvido pelo Comitê Guandu. Informou que existem relatórios de todos
173 que foram ao ENCOB, e podem ser disponibilizados aos interessados. José Governo
174 (TKCSA) repassou as últimas informações sobre a crise hídrica. E parabenizou o Comitê
175 Guandu por sua participação no GTAOH. E ficou satisfeito, pois foi uma iniciativa do
176 Comitê, a partir de reunião com a AEDIN, que deu uma estrutura para isso. Informou que
177 agentes de São Paulo estão interessados em implementar este processo de protocolo para
178 operar reservatórios, dados os resultados positivos da experiência no Rio de Janeiro.
179 Decio relatou últimas discussões feitas no CERHI-RJ. De acordo com o Diretor Executivo,
180 existem pressões para utilização dos recursos do FUNDRHI. Relatou que os recursos
181 devem ser utilizados de maneira correta, e os projetos e parcerias devem ser
182 acompanhados. Lívia Soalheiro (SEA) informou que todas as solicitações feitas no ECOB
183 foram emitidas e encaminhadas para o CERHI-RJ. Nelson Reis (OMA-BRASIL)
184 esclareceu à Plenária que surgiu no III ECOB-RJ a ideia da participação do MP nos
185 Comitês de bacia. Maurício Ruiz (ITPA) explicou que o discurso de flexibilização do
186 FUNDRHI – e não uma proposta – foi feita pelo governador do estado do Rio de Janeiro, e
187 não pelos Comitês. Sobre a implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico,
188 isso é outra discussão. Esclareceu que a ideia é flexibilizar alguma parte do FUNDRHI,
189 mas que isso deve ser feito dentro do Comitê. Yara Valverde (Comitê Piabanha) contou
190 que veio conhecer os projetos do Comitê Guandu, ficou feliz de ver que algumas propostas
191 foram aprovadas e estão sendo encaminhadas, inclusive a de pactuar os projetos junto ao
192 Ministério Público, pois a intenção é garantir a continuidade dos projetos, para tornar o

193 trabalho dos comitês independente de outras agendas. Parabenizou o trabalho do Comitê
194 Guandu. Concordou com a posição do ITPA sobre o PSA, na medida em que saneamento
195 não é uma missão do Comitê. Apontou que a proposta da contrapartida do investimento
196 com foco nos municípios também é muito importante. Decio (UFRRJ) falou sobre a
197 garantia de recursos para PSA. Sobre a continuidade dos projetos, isso existirá enquanto
198 houver cobrança. Mas existe um problema de boataria em relação a estes recursos, e é
199 importante amarrar os projetos para não perder o andamento dos trabalhos. Maurício Ruiz
200 (ITPA) avaliou que as expectativas estão colocadas. Mas que os Comitês e parceiros
201 devem negociar. E que pode existir um processo de dificultar juridicamente a execução dos
202 projetos. Então a ideia é basear nas experiências e mudar a realidade da Bacia. Decio
203 Tubbs (UFRRJ) explicou que existe um grupo de articulação – GTAI – para discutir a
204 questão da cobrança. E existem problemas nessa discussão. Informou que foi respondida
205 uma carta ao Ministério Público com a comprovação de todas as justificativas – em planilha
206 – sobre as ações do Comitê Guandu. Existe uma Comissão de Articulação entre o CEIVAP
207 e o GUANDU para discutir o repasse. E, infelizmente, o processo foi judicializado por falta
208 de entendimento do processo no CEIVAP. Yara Valverde (Piabanha) informou que o CBH
209 Piabanha não construiu uma proposta que envolvesse o Ministério Público. A ideia é o
210 contrário: que nos TACs com empresas e outros agentes, em vez de irem para fundo de
211 direito difuso, sejam direcionados ao Comitê de Bacia. Afirmou que o Ministério Público
212 não é um órgão com fim de judicializar, mas conduzir os inquéritos e discussões, mediar o
213 debate entre os Comitês, que são os atores legítimos da Política de Recursos Hídricos.
214 Explicou que as contrapartidas dos projetos não seriam responsabilidade das entidades
215 sem fins lucrativos. Maurício Ruiz (ITPA) explicou que essa contrapartida diz respeito ao
216 FUNDRHI. Esclareceu que a manutenção dos projetos implica em balancear os custos
217 para os projetos. Hoje é possível determinar condições a partir dos dados e informações
218 que podem ser obtidos, de forma que isso não engesse o desenvolvimento dos projetos.
219 Amsterdan Ribeiro (SIMARJ) falou sobre a Consulta Pública do ZEE-RJ (Zoneamento
220 Ecológico e Econômico do Estado do Rio de Janeiro), e como é importante a análise e o
221 envio de sugestões para contribuir com o Zoneamento de acordo com o conhecimento de
222 cada um sobre as comunidades locais. Eduardo Gomes (SINDRIOCLARO) relatou que
223 informou na ocasião sobre sua RPPN. Além disso, falou que é preciso conversar bastante
224 com os produtores rurais para facilitar a participação deste segmento nas discussões. Foi
225 solicitado pela Plenária um prazo extra para contribuições e uma apresentação sobre o
226 ZEE-RJ para o CERHI-RJ, além de levar o tema para as Câmaras Técnicas. Foi solicitada
227 para a AGEVAP uma análise preliminar, focado na bacia do Guandu para este tipo de
228 atividade. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu que a ideia é envolver os municípios, convidá-los
229 para debater este processo nos Comitês. Eduardo Gomes (SINDRIOCLARO) informou
230 que a ALERJ também pediu um aumento do prazo. Nelson Reis (OMA-BRASIL) apontou
231 que o ZEE-RJ também é relacionado à gestão costeira. Sugeriu, através da moção
232 enviada ao CERHI-RJ, criar uma câmara técnica de assuntos costeiros no CERHI-RJ.
233 Informou que gostaria de ser indicado pelo Comitê Guandu para participar da CT no
234 CERHI-RJ. Julio parabenizou e agradeceu, na figura de Fátima Rocha (AGEVAP) e Juliana
235 Fernandes (AGEVAP), o nível profissional e a conduta das equipes. Concordou com a fala
236 de Juliana Fernandes (AGEVAP) sobre a intensidade do trabalho no Comitê. Admitiu que
237 parte do sucesso e da confiança vem da equipe. O Diretor Geral desejou boas festas a
238 todos e lembrou que, depois de 15 anos, é possível enxergar avanços desde o grupo
239 preliminar do Comitê Guandu. **Como lista de encaminhamentos, segue: 1 - Enviar o
240 ofício da Procuradoria da República (sobre a cobrança) aos membros. 2 - Enviar a**

241 **lista de cursos aos membros para nova hierarquização e contribuições. 3 - Realizar a**
242 **leitura dos produtos do ZEE-RJ e elaborar um resumo. Enviar o resumo aos**
243 **membros da Plenária e das Câmaras Técnicas para conhecimento e discussão nas**
244 **reuniões das câmaras.** O Diretor Geral questionou se haveria algo a acrescentar. Não
245 havendo, encerrou a reunião às 16h54min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo esta ata, que
246 segue assinada pelo Diretor Geral e pelo Diretor Executivo do Comitê Guandu.
247
248
249
250

251 Julio Cesar Oliveira Antunes (ABES)
252 Diretor Geral

Decio Tubbs Filho (UFRRJ)
Diretor Executivo

253

254 **Membros Presentes**

255

256 Usuários: Yasmin Ferreira representando Sylvana Azulay (CEDAE), Marcelo
257 representando Abílio Faia (FCC), Paulo de Tarso Pimenta (FIRJAN), Pamela dos Reis
258 (GERDAU), Viviane Montebello (NUCLEP), Eduardo Freire (SINDIRIOCLARO), Marcio
259 Dias (SFE), José Governo (TKCSA), Amisterdan Ribeiro (SIMARJ);

260

261 Sociedade Civil: representante de João Bosco Salles (UEZO), Decio Tubbs (UFRRJ),
262 Daniel Shimada representando Vera Agarez (UVA), Fernando Ribeiro (CI BRASIL), Vera
263 Martins (ACAMPAR), Maurício Ruiz (ITPA), Nelson Reis (OMA-BRASIL), Markus Stephan
264 (APEDEMA), Hendrik Mansur (TNC), Julio Cesar Antunes (ABES);

265

266 Governo: Tito de Araújo representando Sebastiana Cesário (INEA), Livia Soalheiro (SEA),
267 Magno Roza (EMATER – RIO), Ricardo Nogueira (ICMBio)

268

269 **Membros Ausentes**

270

271 Usuários: Frederico Menezes (CEDAE), Rodrigo Ninow (AMBEV), Sabina Campagnani
272 (FURNAS), Diego Ruas (PETROBRAS), José Gomes (LIGHT);

273

274 Sociedade Civil: Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi), Maurício de Oliveira
275 (ACAMPAR), Paulo Farias (SINTSAMA);

276

277 Governo: José Arnaldo de Oliveira (P.M. Japeri), Waldemiro Andrade (P. M. Barra do
278 Pirai), Claudio Ribeiro (P. M. Miguel Pereira), Elaine Assis (P. M. Paracambi), Ronaldo
279 Sabino de Figueiredo (P. M. Rio Claro), Maria Dalva Ribas (FIPERJ);

280

281 **Convidados**

282

283 Jeysson Marcelino (Coca Cola), Richard Hollanda (Montenegro Grupo de Comunicação),
284 Rayane de Queiroz (NUCLEP), Myrna Alves de Brito (UFRRJ), Gabriel Pabst (UFRJ),
285 Mateus Carvalho (UFRJ), Yara Valverde (CBH Piabanha), Lucimar Marinho (TKCSA),
286 Mayná Moraes (CEDAE), Rafael Santos (SEMUMAM), Jorge Peron (FIRJAN) William
287 Weber (Jornalista).